

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.465.249 - SP  
(2019/0068144-3)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**EMBARGANTE : SUPER POSTO JC LTDA**  
**ADVOGADOS : ONIVALDO FREITAS JUNIOR E OUTRO(S) - RJ111561**  
**ANA PAULA GUITTE DINIZ ZAMBONI - SP199303**  
**EMBARGADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORE : MARIA LIA PINTO PORTO E OUTRO(S) - SP108644**  
**S**  
**MÔNICA HERNANDES DE SÃO PEDRO - SP132663**  
**LEYDSLAYNE ISRAEL LACERDA - SP301796**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. HIPÓTESE DE CABIMENTO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA CAUSA. INVIABILIDADE DA VIA IMPUGNATIVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos declaratórios opostos contra decisão de minha relatoria cuja ementa restou vazada nos seguintes termos (e-STJ fl. 1019):

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. PODER DE POLÍCIA. RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO ESTADUAL. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 935 DO CÓDIGO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

Nas razões destes aclaratórios, sustenta que a decisão embargada incorre em contradição quando da aplicação das Súmulas 211/STJ e 7/STJ - ausência de prequestionamento e reexame de provas dos autos.

Quanto à inaplicabilidade da Súmula 211/STJ, alega que na vigência do CPC/2015 há prevalência do prequestionamento ficto pelo qual se considera com a simples interposição dos embargos de declaração diante da omissão judicial, de modo que referido óbice aplica-se aos recursos interpostos sob a égide do CPC/1973.

No tocante à Súmula 7/STJ, argumenta que não se trata de reexame de provas, mas em reavaliação jurídica de fato incontroverso, que no caso, é a reconhecida e já provada condenação criminal de terceiros adquirentes pela adulteração tratada no processo administrativo.

Pugna pelo recebimento dos presentes aclaratórios para reforma da decisão monocrática.

É o necessário relatar. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

As razões dos embargos de declaração não merecem acolhimento.

Para que os aclaratórios, como recurso de fundamentação vinculada que é, possam prosperar, se faz necessário que o embargante demonstre, de forma clara, a ocorrência de obscuridade, contradição ou omissão em algum ponto do julgado, sendo tais vícios capazes de comprometer a verdade e os fatos postos nos autos.

Diante de tal premissa, observo que não assiste razão ao embargante, pois, de fato, a decisão embargada posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente acerca dos óbices das Súmulas 211 e 7 do STJ, uma vez que, respectivamente, não obstante a oposição dos aclaratórios, competia ao recorrente alegar violação ao artigo 1.022 do CPC/2015 no seu recurso especial a fim de demonstrar em qual ponto a análise do artigo 935 do Código Civil e a tese recursal que fundamentou a suposta violação seria capaz de modificar a verdade posta nos autos, o que não ocorreu; bem como que admitir entendimento contrário conforme a pretensão recursal no sentido de que há real conexão da sentença criminal com os envolvidos destes autos demandaria revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos.

Depreende-se, todavia, que não ocorreram os vícios alegados, mas que busca o embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que só é admitido em hipóteses excepcionais, pois, em regra, a presente via possui efeito apenas integrativo.

Dessa feita, nenhum dos argumentos apresentados no presente apelo comporta exame nessa senda recursal, tampouco pode alterar o resultado do julgamento tal como posto.

Infere-se, pois, das razões dos aclaratórios a nítida pretensão da parte embargante de provocar o re julgamento da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 1.022 do CPC/2015, não é compatível com o recurso protocolado.

Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos, sobretudo quando contêm elementos meramente impugnativos.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator